

GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS: AÇÕES DO COMITÊ DE BACIA DO RIO PASSO FUNDO, RS.

Pedro Daniel da Cunha Kemerich ; Luciana Gregory Ritter^{}; Vinicius Ferreira Dulac³; Rafael Cabral Cruz⁴*

Resumo – Os Comitês de Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados onde são debatidas as questões regionais referentes à gestão das águas, desempenhando um papel estratégico na Política de Recursos Hídricos, pois tem o potencial de sintetizar suas diretrizes. Deste modo o objetivo do presente trabalho é avaliar a evolução das ações do Comitê de Bacia do Rio Passo Fundo e seus impactos na implementação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos na respectiva bacia. Após a análise das atas do Comitê e destaque dos principais assuntos debatidos, pode-se concluir que o Comitê apresenta problemas relacionados à falta de recursos financeiros, e uma baixa participação dos membros nas reuniões, sendo que a maior dificuldade do Comitê está em como motivar a participação da sociedade e de alguns usuários para as questões de interesse coletivo, pois muitos municípios somente apresentam-se atuantes no Comitê no momento em que existe algum interesse ou demanda do município a ser sanado. As ações do Comitê se concentram preponderantemente em questões administrativas internas e na implantação dos instrumentos de planejamento, o Enquadramento e Plano de bacia.

Palavras-Chave – comitê, participação, recursos.

WATER RESOURCES MANAGEMENT: BEHAVIOR OF COMMITTEE B O W L S

Abstract – The Watershed Committees are collegiate bodies which are discussed regional issues related to water management, playing a strategic role in water resources policy, as it has the potential to synthesize their guidelines. Thus the aim of this study is to assess the evolution of Committee actions of Passo Fundo River Basin and its impact on the implementation of the State System of Water Resources in its basin. After reviewing the minutes of the Committee and highlighted the main issues discussed, it can be concluded that the Committee presents problems related to lack of financial resources, and a low member participation in meetings, with the greatest difficulty the committee is how to motivate society participation and some users for matters of collective interest, since many municipalities have only themselves working on the committee at the time that there is some interest or claim of the municipality to be remedied. However, the committee presents at an advanced stage of development with the State Water Resources Board approved the proposed framework for establishing surface water quality parameters for the use of water resources in the River Basin Fund for the next step twenty years.

Keywords - Committee, participation, resources.

INTRODUÇÃO

Os Comitês de Bacias Hidrográficas estão previstos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGRH (instituído pela Lei Federal nº 9433/1997), sendo órgãos colegiados onde são debatidas as questões regionais referentes à gestão das águas.

No caso das bacias sob domínio do Estado do Rio Grande do Sul, a legislação (Lei Estadual nº 10.350/1994 – Política Estadual de Recursos Hídricos e o Decreto Estadual nº 37.034/1996) determinam o percentual de vagas de representação das organizações sociais em 80% nos Comitês de Bacia, dividido igualmente entre entidades representativas de usuários da água e da população da bacia. O Estado tem 7 vagas, duas obrigatórias dos órgãos Estaduais fiscalizadores.

Cada Comitê conta com uma diretoria composta de um presidente e um vice-presidente. Além disso, atendendo ao disposto na Lei Estadual nº 10.350/94, a qual institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul – SERH-RS e regulamenta o funcionamento dos Comitês, estes elaboram seu respectivo regimento interno. Normalmente, define-se a partir do Regimento Interno que o organismo conte com uma secretaria executiva e com uma comissão permanente de assessoramento. O secretário executivo é escolhido pela diretoria com o aval do Comitê. A comissão permanente de assessoramento, cujo número de integrantes e forma de escolha varia conforme o Comitê tem a função de secundar a diretoria na preparação e na execução das atividades do Comitê (Cánepa e Grassi, 2001).

No caso da Política de Recursos Hídricos gaúcha, a qual preconiza uma gestão descentralizada - no nível espacial das bacias, participativa e integrada – o Comitê de Bacia configura-se em um espaço institucional o qual pode ser caracterizado como uma arena de tomada de decisões para o compartilhamento de interesses e integração de políticas dos setores usuários da água e da sociedade civil.

Assim, o êxito de seu funcionamento em certa medida significa o êxito da própria política das águas. Sua legitimidade tem sido conferida não apenas pela própria lei e pelas políticas nacional e estaduais, mas por políticas paralelas que têm sido implementadas tanto no âmbito nacional como no estadual e, em alguns casos, até no municipal (Cardoso, 2003).

Porém, as diferenças espaciais e temporais da disponibilidade hídrica regional proporcionam diferentes condições de apropriação do recurso hídrico, assim possibilitando a emergência de interesses diversos (GWP, 2009).

Desta forma, considerando que a integração de políticas e diretrizes ocorrem em um contexto estratégico (Saravanan *et al.*, 2009) e que a construção dos diálogos entre as políticas também é permeada por conflitos, pressupõe-se a necessidade de um potencial de negociação e articulação para que as prioridades de gestão sejam estabelecidas no contexto de uma efetiva presença e participação multissetorial no âmbito do Sistema de Recursos Hídricos.

Deste modo o objetivo do presente trabalho é avaliar a evolução das ações do Comitê de Bacia do Rio Passo Fundo e seus impactos na implementação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos na respectiva bacia.

Localização e caracterização da área de estudo

A bacia hidrográfica do rio Passo Fundo situa-se ao norte do Estado (figura 1), drenando uma área de 4.785,7 km². Inicialmente foi criado o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos rios Passo Fundo – Várzea, sendo este posteriormente dividido, e o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo criado pelo Decreto Estadual nº 42.961, de 23/03/2004,

tendo suas categorias sido alteradas em consonância com a resolução CRH/RS 004/2004 pelo Decreto nº 43.225 de 13/07/2004. Seus principais formadores são os rios Passos Fundo, Índio e Erechim, arroios Butiá e Timbó. A bacia abrange total ou parcialmente 30 municípios, totalizando uma população de 160.077 habitantes.

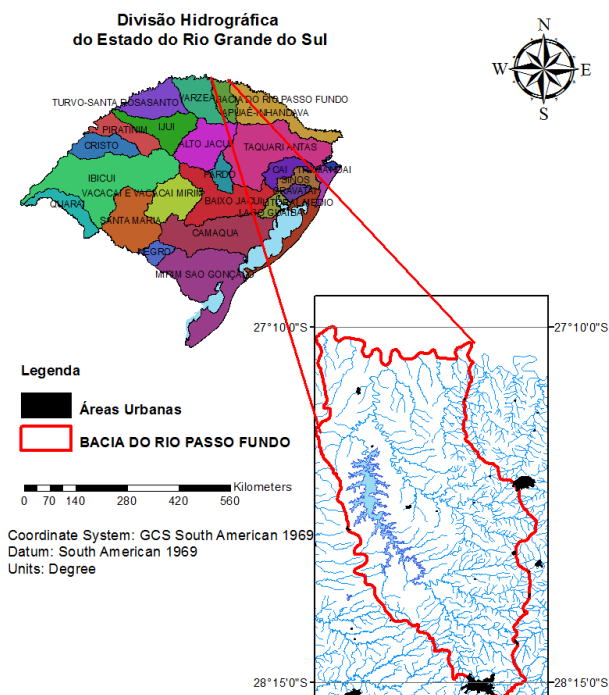


Figura 1. Bacia hidrográfica do Rio Passo Fundo

Fonte: Elaborada pelos autores

No que se refere às atividades econômicas, observa-se o uso intensivo do solo para a produção de grãos, principalmente monoculturas de soja, milho, trigo e aveia. A forte presença das lavouras, em sucessivos momentos (plantio, desenvolvimento vegetativo das culturas e colheitas) marca o cenário regional. Nas regiões de relevo bem acentuado ou ondulado como, por exemplo, na área de transição do Planalto Médio e Alto Uruguai, observam-se pequenas propriedades de subsistência. A produção na região está sendo diversificada através da suinocultura e avicultura. Com exceção do município de Passo Fundo, que apresenta um perfil e condições de atrair grandes indústrias, a bacia não conta com atividades industriais expressivas.

A falta de saneamento básico e a ausência de tratamento de dejetos cloacais nos municípios inseridos na bacia comprometem alguns tributários e, principalmente, a parte superior do rio Passo Fundo.

METODOLOGIA

Este estudo teve como objeto de avaliação as ações do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo, sendo estas selecionadas a partir da leitura e sistematização das respectivas Atas de

Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, discussões, deliberações e projetos aprovados. As atas do Comitê foram obtidas junto ao site na web do mesmo (<http://www.upf.br/cbhpf/>), totalizando 58 atas, as quais correspondem ao período de 08 de março de 2006 a 30 de outubro de 2012. Cabe ressaltar que as reuniões plenárias do Comitê Passo Fundo são mensais.

Sendo as deliberações, em geral, assuntos encaminhados e votados de forma paritária pelo Comitê, tratando-se de recomendações referentes a Planos; Estudos; Legislações entre outros, que dependem da ação efetiva de outros organismos, em geral do Estado, União, ou dos municípios, para sua execução.

Os projetos aprovados no Comitê podem ser considerados como uma das ações mais efetivas dessas instâncias, uma vez que concorrem ao recebimento de recursos financeiros, principalmente do Fundo de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul - FRH-RS. Além disso, os projetos ali aprovados abrem a oportunidade de concretização de uma serie de demandas que envolvem tanto a melhoria da qualidade dos recursos hídricos como a minimização dos conflitos que envolvem a relação água e território.

A classificação utilizada para as deliberações e projetos, a qual é baseada em Cury (2005), sendo adaptada por Dulac *et. al.*(2012) e modificada neste artigo é apresentada em tabelas, sendo que a tabela 1 apresenta as deliberações e os respectivos aspectos avaliados.

Tabela 1 – Classificação das deliberações e discussões

Deliberação	Aspecto Avaliado
Administrativo	Auto-regulamentação administrativa do Comitê
Normativo	Regulamentação regional de políticas de recursos hídricos
Financeiro	Critérios para a aplicação de recursos
Planos/Estudos e Projetos	Estudo e confecção de Planos e Projetos para as bacias
Eventos	Realização, apoio e participação em eventos de gestão ambiental e de recursos hídricos na bacia

Já a classificação dos projetos é apresentada na tabela 2, estando baseada nos seguintes aspectos avaliados:

Tabela 2 – Classificação dos projetos

Projeto	Aspecto Avaliado
Planos/Estudos e Projetos	Aprovação da elaboração de Planos e Projetos para as bacias
Obras	Aprovação de medidas estruturais na bacia
Ações Complementares	Relacionam-se a implementação de instrumentos de sistemas de gestão dos recursos hídricos
Educação Ambiental	Realização de ações de educação ambiental nas bacias

Esta classificação foi modificada em função de características específicas do Comitê, fazendo-se necessário considerar como deliberação também os assuntos discutidos mesmo sem aprovação e/ou encaminhamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação das deliberações aprovadas em Atas do Comitê do Rio Passo Fundo

No período de 2006 a 2012, foram verificadas 189 deliberações nas atas do Comitê, quando avaliadas por assunto, totalizando 100% das deliberações contidas nas atas, conforme tabela 3.

Tabela 3. Total de deliberações aprovadas por assunto

Deliberação	Total Geral	(%)
Administrativo	61	32,28
Eventos	31	16,4
Financeiro	17	8,99
Normativo	3	1,59
Planos/Estudos e Projetos	77	40,74
Total Geral	189	100

Durante o período avaliado, o Comitê mostrou-se atuante, apresentando um elevado índice de deliberações anuais. O auge do total de deliberações ocorreu no ano de 2008, sendo que após o mesmo, o Comitê passou por um período de declínio no total de deliberações, conforme a Figura 2.

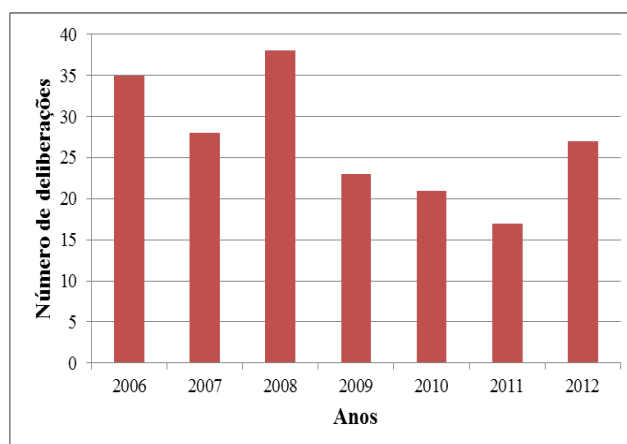


Figura 2. Número de deliberações aprovadas ao ano

Analisando o total de deliberações aprovadas por assunto, o item Planos/Estudos e Projetos apresenta preponderância, totalizando 77 deliberações, o que corresponde a 40,74% do total de deliberações aprovadas. Estes resultados demonstram que o Comitê apresenta-se de forma atuante, realizando um esforço quanto ao autoconhecimento da realidade regional, como instrumentação para ação sobre os recursos hídricos. Neste item destacam-se indicações decorrentes de estudos referentes à implantação de empresas, parques, além de indicações decorrentes do Plano de Bacia, o qual ainda não foi implantado.

Em seguida, destacam-se as deliberações de caráter administrativo, as quais totalizam 61 deliberações, correspondendo a 32,28% do total. Sendo os anos de 2006 e 2008, os que apresentaram maior número de deliberações de caráter administrativo, predominantemente relacionadas a ações de organização interna do Comitê, como criação do regimento interno, criação do calendário de reuniões, relatórios de gestão e criação de câmaras técnicas.

Os anos que apresentaram o maior número de deliberações administrativas coincidem com os anos que apresentaram o maior número de deliberações referentes a planos/estudos e projetos, o que demonstra que a partir da organização interna do Comitê, este passa a torna-se mais atuante perante as questões referentes a bacia hidrográfica.

As deliberações relacionadas ao item Eventos correspondem a 31 deliberações, 16,4% do total, as quais correspondem principalmente a realização de palestras, cursos e eventos de capacitação.

Já as deliberações de caráter financeiro representam 8,99% do total, com 17 deliberações, sendo as mesmas predominantemente referentes a deliberações do orçamento interno. O CBHPF apresentou grandes dificuldades referentes a questão de recursos financeiros para a manutenção do mesmo, sendo publicado artigo nos Jornais de circulação estadual Zero Hora e Correio do Povo (conforme consta nas Atas do Comitê) sobre a situação do repasse dos recursos aos Comitês pelo governo do Estado, além da busca de fontes alternativas de recursos.

De maneira geral, o item Normativo apresenta 3 deliberações, representando 1,59% do total, demonstrando que o Comitê ainda avança timidamente em relação a regulamentação regional das políticas de recursos hídricos.

Cabe ressaltar que o Comitê do Rio Santa Maria (implantado desde 1994) também apresentou como predominantes deliberações administrativas e referentes a planos estudos e projeto no início de suas atividades e posteriormente houve um incremento nas deliberações normativas, principalmente em relação ao instrumento outorga pelo uso da água (DULAC *et al.*, 2012).

Avaliação dos projetos aprovados em Atas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo

Durante o período avaliado (mar/06 à out/2011) foram aprovados 15 projetos, com destaque para a preponderância da classificação planos/estudos e projetos quanto a natureza do assunto da deliberação, com 53,34% do total, como é evidenciado na tabela 4. Isto demonstra a atuação do Comitê não só quanto intenção de realizar estudos na bacia e na discussão de indicações decorrentes destes estudos (observada na análise das deliberações, na qual os Planos/Estudos e Projetos também é uma categoria preponderante em termos de frequência), mas também na aprovação e

concretização da elaboração destes planos e projetos para a bacia a partir da tramitação destes projetos junto ao CRH.

Tabela 4. Total de projetos aprovados por assunto

Natureza do Assunto	Total Geral	(%)
Ações Complementares	2	13,33
Educação Ambiental	3	20
Obras	2	13,33
Planos/Estudos e Projetos	8	53,34
Total Geral	15	100

A diminuição de projetos aprovados a cada ano observada na Figura 3 apresenta o mesmo padrão no que se refere à quantidade de deliberações aprovadas ao ano. Deste modo pode-se afirmar que as variáveis deliberações e projetos possuem uma relação de interdependência. A diminuição de suas quantidades pode significar uma diminuição da intensidade ou uma modificação do padrão das atividades do Comitê Passo Fundo.

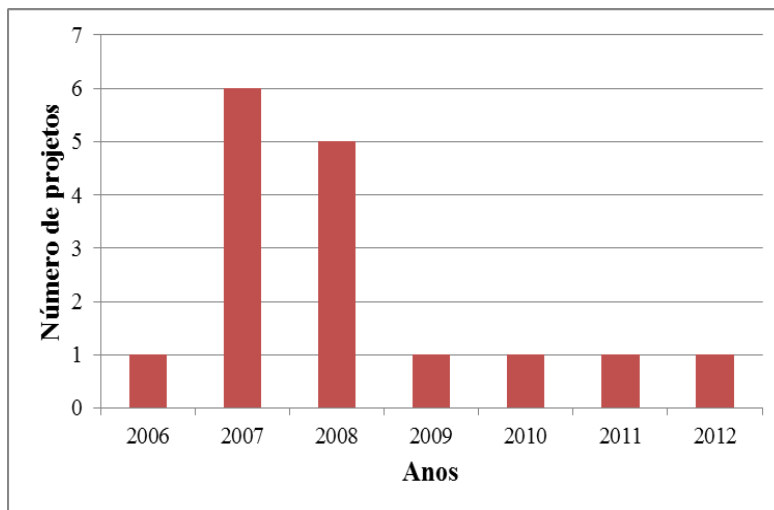


Figura 3. Número de projetos aprovados ao ano

Dentre os projetos aprovados cabe destacar os que se referem ao Plano de bacia do rio Passo Fundo, como a aprovação da elaboração do Termo de Referência do mesmo, a aprovação da Proposta de Enquadramento (o qual foi efetivado a partir da Resolução CRH nº 120/2012) e a aprovação da elaboração de uma *newsletter* com notícias a respeito do andamento dos trabalhos do Plano de Bacia.

Já os projetos aprovados referentes a ações de educação ambiental representam 20% do total, com 3 projetos aprovados, sendo estes referentes a projetos de limpeza e reflorestamento das

margens do Rio Passo Fundo com alunos das escolas, além da aprovação da confecção de folders e de um vídeo de conscientização ambiental a serem utilizados nos projetos de educação ambiental.

Os projetos aprovados referentes a obras correspondem a 13,33% do total, com 2 projetos aprovados, sendo uma das obras aprovadas a canalização de um trecho de quinhentos metros do arroio Lajeado Paiol Grande na área urbana do município de Barão do Cotegeipe, em função do problema de inundações, sendo que a mesma foi aprovada para atender à necessidade da Prefeitura na liberação dos recursos, mas com ressalvas quanto ao cumprimento das condicionantes da licença ambiental. Outra obra foi definida pelo promotor do município de Passo Fundo, o qual decidiu tomar medidas jurídicas, obrigando o fechamento de todos os poços artesianos.

As ações complementares também correspondem a 13,33% do total, com 2 projetos aprovados, sendo os mesmos a votação da vazão de referência para o Plano de Bacia e a definição de que se lutará pelo cumprimento da Lei, que prevê a criação de três Agências ou em último caso, formar uma Agência central, porém, composta por mais dois escritórios nas demais Regiões Hidrográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o Comitê apresenta problemas relacionados à falta de recursos financeiros, e uma baixa participação dos membros nas reuniões, sendo que a maior dificuldade do Comitê está em como motivar a participação da sociedade e de alguns usuários para as questões de interesse coletivo, pois muitos municípios somente apresentam-se atuantes no Comitê no momento em que existe algum interesse ou demanda do município a ser sanado.

A análise das deliberações totais demonstrou que as deliberações que tratam sobre planos/estudos e projetos predominam, seguida das administrativas. Já em relação aos projetos aprovados observou-se a predominância dos que tratam sobre planos/estudos e projetos. Estes resultados evidenciam que o Comitê apresenta-se atuante não apenas no sentido de discutir sobre a realização dos estudos na bacia, mas também na aprovação e concretização da elaboração acerca dos mesmos.

REFERÊNCIAS

- CÁNEPA, M.E.; GRASSI, L.A.T. (2001). - Os Comitês da Bacia no Rio Grande do Sul – uma experiência histórica. *Ciência e Ambiente*, N.º 21. Universidade de Santa Maria. Santa Maria.
- CARDOSO, M.L. de M. (2003). Desafios e potencialidades dos Comitês de bacias hidrográficas. *Cienc. Cult.* vol.55, nº 4, São Paulo.
- CURY, J.F. (2005). A Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas: A Abertura de uma oportunidade para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranapanema (1994-2004). Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 350p.
- DULAC, V.F. *et al.* (2012). Classificação das deliberações e projetos aprovados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. 3º Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente, Bento Gonçalves.
- GWP (Global Water Partnership). (2009). A handbook for integrated water resource management in basins. GWP, Paris, 2009. Disponível em: < www.gwpforum.org >. Acesso em: 15/mar/ 2013.

SARAVANAN, V.S.; McDONALD, G.T.; OLLINGA, P. P. (2009). "Critical review of Integrated Water Resource Management: Moving beyond polarised discourse". *Natural Resources Forum* v. 1, n. 33, p. 76 – 86.